

PESQUISA DE CAMPO - CIÊNCIAS DA SAÚDE

**PRÁTICA DE ABORTO VOLUNTÁRIO EM JOVENS MULHERES DE UMA
CIDADE NO INTERIOR DA AMAZÔNIA LEGAL.**

Lucas Zango Angeli Lima (lucaszangoangeli@hotmail.com)

O aborto inseguro é reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um grave problema de saúde pública, sendo fortemente associado a desigualdades sociais, raciais e econômicas. No Brasil, a criminalização dessa prática não impediu sua ocorrência, apenas a empurrou para a clandestinidade, expondo milhares de mulheres a condições inseguras e precárias. Todos os anos, inúmeras brasileiras recorrem a métodos abortivos sem supervisão médica, o que resulta em altos índices de morbimortalidade materna e em graves consequências físicas, psicológicas e sociais. Essa realidade atinge principalmente mulheres negras, jovens e em situação de vulnerabilidade social, evidenciando a intersecção entre gênero, classe e raça na determinação das condições de saúde. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório e descritivo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade com oito mulheres maiores de 18 anos, utilizando o método de amostragem “bola de neve”, no qual cada participante indica outra pessoa com experiência semelhante. As entrevistas buscaram compreender as vivências, motivações e consequências do abortamento inseguro. A análise dos dados seguiu o método proposto por Bardin (2011), que consiste em uma análise de conteúdo sistemática e interpretativa, permitindo identificar categorias e subcategorias de sentido a partir dos discursos. O estudo respeitou todos os princípios éticos

estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), garantindo anonimato, sigilo e consentimento livre e esclarecido das participantes. A pesquisa foi registrada na Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Maurício de Nassau de Cacoal, sob o parecer nº 7.810.618 (CAEE: 89413625.9.0000.5298). Cumpriram-se todas as exigências para garantir a confidencialidade, ética e a segurança das participantes. Os resultados apontaram que a maioria das mulheres entrevistadas se autodeclarou negra (pretas e pardas), seguidoras de religiões cristãs, com média de idade de 28 anos e pertencentes a classes sociais de baixa renda. O principal método abortivo utilizado foi o misoprostol, adquirido de forma clandestina, seguido pelo uso de chás, garrafadas e outras práticas caseiras. Os sintomas mais relatados durante o processo foram cólicas intensas, sangramento abundante, febre e diarreia. Apenas uma das participantes procurou atendimento médico devido à gravidade dos sintomas, demonstrando o medo generalizado da criminalização e do julgamento moral nos serviços de saúde. As principais motivações para o abortamento foram a instabilidade financeira, a ausência de apoio do parceiro, a impossibilidade de criar um filho naquele momento e a incompatibilidade com o projeto de vida pessoal e profissional. O estudo evidencia que a criminalização do aborto não impede sua prática, apenas a torna mais insegura, aprofundando as desigualdades e expondo mulheres a riscos evitáveis. O aborto inseguro é, portanto, uma questão de saúde pública, justiça social e direitos humanos. Diante disso, torna-se urgente o fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação sexual, ao planejamento reprodutivo e à ampliação do acesso a métodos contraceptivos eficazes. Além disso, é essencial garantir um atendimento humanizado, livre de julgamentos e discriminações, nos casos de abortamento, assegurando o direito das mulheres à vida, à saúde e à dignidade.

Palavras-chave: palavras – chave: abortamentomisoprostolparturiente.